

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS

CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DA IMACULADA VIRGEM MARIA, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 80.637.838/0001-20, com sede na Rua Martim Afonso, nº 575, Curitiba-PR, neste ato representada pela Ir. Rosangela de Melo Campanharo, CPF nº 847.798.109-49, na forma de seus atos constitutivos.

CONTRATADAS: NIWA & ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.474.708/0001-06 e na OAB-PR sob nº 1.324, com sede na Rua Coronel Joaquim Sarmiento, nº 81, Bom Retiro, Curitiba-PR, neste ato representada por seu sócio administrador, Dr. Maçazumi Furtado Niwa, na forma de seus atos constitutivos; e **LAWRENCE NIWA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 61.927.569/0001-91 e na OAB-PR sob nº 2521106, com sede na Rua Tefé, nº 286, Bom Retiro, Curitiba-PR, nesta ato representada pela Dra. Lawrence Leandro Illipronte Niwa, na forma de seus atos constitutivos.

As partes acima qualificadas resolvem entre si celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços Jurídicos, que será regido pelas cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por finalidade a prestação de serviços jurídicos judiciais e consultivos nas áreas cível, trabalhista, administrativa e tributária, à **ASSOCIAÇÃO DA IMACULADA VIRGEM MARIA** e suas filiais, que possui os seguintes dados:

	Unidade	CNPJ	Endereço
1.	Matriz - Associação da Imaculada Virgem Maria	80.637.838/0001-20	Rua Martim Afonso, nº 575, Curitiba-PR
2.	Escola Madre Anatólia Educação Inf. E Ens. Fund.	80.637.838/0002-00	Rua Martim Afonso, 575, Curitiba-PR
3.	Vila Madre Anatólia	80.637.838/0003-91	Rua Cândido de Abreu, 2330, Prudentópolis – PR
4.	Casa Irmã Josafata	80.637.838/0004-72	Rua Conselheiro Zacarias, 881, Pitanga-PR
5.	Departamento São Josafat	80.637.838/0005-53	Estrada Principal de Ponte Alta, Prudentópolis – PR

6.	Departamento Nossa Senhora do Bom Conselho	80.637.838/0006-34	Estrada principal de Barra Bonita, Prudentópolis – PR
7.	Casa Imaculada Conceição	80.637.838/0007-15	Estrada principal de Iracema, Iraputã, Itaiópolis-SC
8.	Departamento Noviciado Nossa Senhora do Amparo -	80.637.838/0008-04	Rua Ferreira Correa, 875, centro, Ivai-PR
9.	Casa Sagrado Coração de Jesus	80.637.838/0009-87	Rua Ferreira Correa, 870, centro, Ivai-PR
10.	Casa São José	80.637.838/0010-10	Estrada Linha Esperança, em Linha Esperança, Prudentópolis – PR
11.	Casa de Oração Josafata Hordachevskia	80.637.838/0012-82	Rua Irmã Amália Terezinha Jurkevicz, Chapada, Ponta Grossa – PR
12.	Casa Imaculada Virgem Maria	80.637.838/0014-44	Rua Marechal Floriano Peixoto, 480, Mallet – PR
13.	Casa Sagrado Coração de Maria	80.637.838/0015-25	Rua Vereador Domingos Benevenuto Moletta, 16140, Colônia Marcelino, São José dos Pinhais – PR
14.	Casa Apóstolos São Pedro e Paulo	80.637.838/0016-06	Estrada Colônia Moema, Itaiópolis/SC
15.	Casa Cristo Rei	80.637.838/0017-97	Colônia Rio das Antas, Cruz Machado – PR
16.	Casa Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	80.637.838/0018-78	Estrada Colônia Marcondes, em Jesuíno Marcondes, Prudentópolis – PR
17.	Casa São Miguel	80.637.838/0019-59	Estrada Colônia Itaparã, em Itaparã, Irati – PR
18.	Casa São Francisco	80.637.838/0020-92	Rua Odett Alves, S/N, Chapada, Ponta Grossa – PR
19.	Casa Sagrado Coração de Maria	80.637.838/0023-35	Rua José Frankievicz, S/N, São Roque, Ivai – PR
20.	Casa Madre Anatólia	80.637.838/0024-16	Rua 14 de Dezembro, 149, Paulo Frontin – PR
21.	Escola Menino Jesus, Ed. Inf. e Ensino Fund.	80.637.838/0025-05	Rua Ladislau Tabalipa, 709, Papanduva – SC
22.	Casa Sagrada Família	80.637.838/0026-88	Estrada Colônia Palmital, Prudentópolis – PR

23.	Casa Nossa Senhora Auxiliadora	80.637.838/0029-20	Estrada colônia Tijuco Preto, Prudentópolis – PR
24.	Casa Nossa Senhora da Assunção	80.637.838/0033-07	Rua Adelino Cordeiro, S/N, Bairro Linha Munhoz, Antônio Olinto – PR
25.	Colégio Nossa Senhora da Glória, Ed. Inf., Ensino Fund. e Médio	80.637.838/0034-98	Rua Antônio Ostrenski, 272, Centro, Apucarana – PR
26.	Escola Nossa Senhora das Graças, Ed. Inf. e Ensino Fund.	80.637.838/0035-79	Avenida São Pedro, 503, Centro, Roncador – PR
27.	Colégio Nossa Senhora Aparecida, Ed. Inf., Ensino Fund. e Médio	80.637.838/0037-30	Rua das Valerianas, 230, Bairro Vila Bela, São Paulo – SP
28.	Casa Cristo Rei	80.637.838/0040-36	Rua Principal da Vila Craveiro, Santa Terezinha - SC
29.	Escola Assunção de Nossa Senhora, Ed. Inf. e Ensino Fund.	80.637.838/0041-17	Rua 17 de Julho, 1287, Bairro Jardim Trianon, Guarapuava – PR
30.	Escola Nossa Senhora de Fátima, Ed. Inf. e Ensino Fund.	80.637.838/0042-06	Rua São Josafat, 1496, Centro, Mamborê – PR
31.	Colégio Sagrada Família, Ed. Inf., Ensino Fund. e Médio	80.637.838/0043-89	Rua Mato Grosso, 408, Bairro São Cristóvão, Cascavel – PR
32.	Casa Cristo Rei	80.637.838/0050-08	Rua São Josafat, 1457, Centro, Campo Mourão – PR
33.	Escola Natividade de Nossa Senhora, Ed. Inf. e Ensino Fund.	80.637.838/0058-65	Rua Marcílio Dias, 230, Centro, Araruna – PR
34.	Casa Nossa Senhora de Lourdes	80.637.838/0059-46	Rua Dr. João Ferreira Neves, 350, Centro, Palmital – PR
35.	Escola Pio X, Ed. Inf. e Ensino Fund.	80.637.838/0061-60	Rua Aimorés, 2227, Centro, Juranda – PR
36.	Casa Santa Terezinha	80.637.838/0062-41	Rua Florianópolis, 88, bairro Vila Ferroviária, Mafra – SC
37.	Casa Nossa Senhora da Luz	80.637.838/0063-22	Rua 15 de Novembro, s/n, em Guamirim, Irati – PR
38.	Colégio Imaculada Virgem Maria, Ed. Inf. e Ensino Fund.	80.637.838/0064-03	Rua Cândido de Abreu, 1895, Centro, Prudentópolis – PR
39.	Escola Coração de Maria, Ed. Inf. e Ensino Fund.	80.637.838/0065-94	Rua José Júlio Cleto da Silva, 330, bairro São

			Basilio Magno, União da Vitória – PR
40.	Casa Nossa Senhora Rainha	80.637.838/0066-75	Rua Gregório Churmiak, 143, Centro, Cantagalo – PR
41.	Casa Coração de Maria	80.637.838/0067-56	Rua Marechal Floriano Peixoto, 1355, Centro, Prudentópolis – PR
42.	Casa Santíssima Trindade	80.637.838/0068-37	Rua Professor Vitor Ferreira do Amaral, 82, Centro, Irati – PR
43.	Departamento Anunciação de Nossa Senhora	80.637.838/0020-92	Estrada Principal de Caetê, Ortigueira – PR
44.	Casa Espírito Santo	80.637.838/0067-56	Estrada Principal de São Pedro, Candói – PR
45.	Departamento Nossa Senhora do Amparo	80.637.838/0011-00	Rua Vereador Domingos Benevenuto Moletta, s/n, Colônia Marcelino, São José dos Pinhais – PR
46.	Casa São Valdomiro	80.637.838/0021-73	Estrada principal de Linha B, s/n, em Linha B de Gonçalves Junior, Irati – PR

1.2. Os serviços serão prestados de acordo com as seguintes condições:

§1º. Quanto aos serviços jurídicos judiciais:

- Atuação junto à carteira ativa de processos judiciais existentes e de novos processos judiciais que forem propostos pelo **CONTRATANTE** ou em face dele, em todas as instâncias e foros judiciais, com vistas a apresentação de todas as peças processuais para plena defesa dos direitos do **CONTRATANTE**, nas áreas do direito administrativo, cível, trabalhista e tributário.
- Estão incluídas no presente contrato, todas as reuniões prévias ou posteriores, quando necessárias, assim como todas as solicitações de documentos e demais atividades necessárias à defesa dos direitos do **CONTRATANTE**.
- Não estão incluídas no presente contrato, as assessorias técnicas específicas, quando necessárias, para a elaboração de quesitos técnicos em perícias judiciais, sendo que as **CONTRATADAS** poderão recomendar a contratação de empresas especializadas nas áreas técnicas necessárias ao **CONTRATANTE**.

§2º. Quanto aos serviços jurídicos consultivos, serão observadas as seguintes condições:

- a) Disponibilidade de advogados(as) das áreas cível, trabalhista, administrativa e tributária de segunda a sexta-feira, exceto feriados e finais de semana.
- b) Durante 30 (trinta) dias ao ano, os(as) advogados(as) designados(as) poderão se ausentar, sendo que ao menos um(a) advogado(a) deverá permanecer a disposição do **CONTRATANTE**.
- c) O contrato contempla:
- Assessoramento jurídico para análise/revisão de documentos e minutas padrão, bem como de contratos encaminhados;
 - Auxílio na elaboração de respostas em Ofícios dentre outros documentos que o **CONTRATANTE** julgar necessário;
 - Elaboração de Pareceres e Opiniões Legais, assim como respostas às consultas legais;
 - Defesa administrativa nas áreas do direito administrativo, cível, trabalhista e tributário;
 - Atuação em cobranças extrajudiciais de valores devidos ao **CONTRATANTE**.
 - Assessoramento nos pedidos de renovação do CEBAS, análise de respostas a ofícios de diligência, apresentação de defesa administrativa e judicial, quando necessárias;
 - Demais serviços de assessoramento jurídico que o **CONTRATANTE** entender necessários e não previstos anteriormente.

§3º. Em caso de dúvida ou divergência entre o previsto neste contrato ou documentos correlatos, bem como quaisquer documentos anteriormente trocados entre as partes relativos ao presente instrumento, prevalecerá sempre o estabelecido neste contrato.

§4º. Para a prestação dos serviços, as **CONTRATADAS** desempenharão suas atividades por meio do seu corpo de advogados habilitados perante a Ordem dos Advogados do Brasil, sediados em Curitiba-PR e Apucarana-PR.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato é firmado por prazo indeterminado, com início da sua vigência em **1º/03/2026**, podendo ser aditado mediante prévio e expresso acordo entre as partes.

§1º. Fica assegurada ao **CONTRATANTE** a rescisão por descumprimento contratual em 30 (trinta) dias, por meio de comunicação formal, indicando os motivos pelos quais entende que ocorreu o descumprimento contratual, sendo oportunizado o prazo de 15 (quinze) dias às **CONTRATADAS** para apresentarem razões que eventualmente entendem não ter ocorrido o descumprimento contratual.

§2º. As partes poderão resilir (denúncia unilateral imotivada) o presente instrumento, com antecedência de 60 (sessenta) dias.

§ 3º. As partes também poderão distratar o presente instrumento mediante prévia avença entre as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO

Os honorários devidos em face deste contrato serão pagos **exclusivamente** em favor da **CONTRATADA** LAWRENCE NIWA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, nas seguintes condições:

I – O valor fixo de **R\$ 14.845,00 (quatorze mil, oitocentos e quarenta e cinco reais) mensais**, a título de honorários pela prestação dos serviços jurídicos consultivos e judiciais previstos neste contrato;

II – Pela atuação junto à carteira de processos judiciais ativos, existentes ou novos, propostos pelo **CONTRATANTE** ou em face dele, em todas as instâncias e foros, será acrescido o valor de **R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais) mensais** por ação judicial ativa em carteira;

III – Pela prestação de serviços advocatícios de cobrança extrajudicial e/ou pelo ajuizamento de ação de cobrança, será devido, ainda, a importância equivalente a **15% (quinze por cento)** sobre o êxito obtido, calculado sobre o valor efetivamente recebido pelo **CONTRATANTE**;

IV – Nas recuperações de crédito, restituições de valores e levantamentos de depósitos judiciais em que se discuta direito do **CONTRATANTE**, as **CONTRATADAS** farão jus ao recebimento de **10% (dez por cento)** a título de honorários contratuais, calculados sobre o valor econômico efetivamente auferido pelo **CONTRATANTE**.

§1º. Eventuais honorários de sucumbência arbitrados nas ações judiciais pertencerão exclusivamente às **CONTRATADAS** e integram a remuneração deste contrato para todos os fins de direito.

§2º. Os honorários serão pagos por meio de boletos bancários acompanhados das respectivas notas fiscais de prestação de serviços, emitidos pelas **CONTRATADAS**, estabelecendo-se como vencimento o **1º (primeiro) dia útil** de cada mês ao mês seguinte ao da prestação de serviços.

§3º. O atraso no pagamento ensejará a aplicação de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, acrescido de juros moratórios de 0,033% ao dia.

§4º. As **CONTRATADAS** são empresas enquadradas no Regime Simples Nacional, não tendo o **CONTRATANTE** a possibilidade de retenção tributária. Por essa razão, as **CONTRATADAS** são

integralmente responsáveis pelo pagamento de todos os tributos advindos da presente prestação de serviços.

§5º. As despesas de deslocamento e alimentação serão previamente autorizadas pela **CONTRATANTE**, quando necessárias, sendo que a reserva de hotel e passagem aérea ou de ônibus serão realizadas por este ou a seu pedido pelas **CONTRATADAS**.

- a) O advogado das **CONTRATADAS** deverá completar o tanque de seu veículo antes do início do deslocamento em seu veículo e deverá reabastecer quando retornar a Curitiba ou Apucarana, antes de prosseguir para as sedes dos escritórios ou de suas residências;
- b) Ao valor do Km rodado para atendimento do cliente fora da comarca de Curitiba e Apucarana, será acrescido 30% do valor correspondente da Nota Fiscal de abastecimento do combustível para o itinerário, desde que realizado em veículo próprio do advogado, para ressarcir os custos de manutenção do veículo, na forma preconizada pela OAB.
- c) O reembolso será devido pela **CONTRATANTE**, mediante relatório de reembolso acompanhados de recibo e comprovantes de gastos, o qual será apresentado, mensalmente, na mesma ocasião em que enviar as notas fiscais dos honorários relacionados à prestação de serviços;

§6º. O reembolso de custas e despesas judiciais eventualmente adiantadas pelas **CONTRATADAS**, deverão ser apresentadas por meio de relatório de reembolso mediante apresentação de recibo e dos comprovantes de gastos, mensalmente, na mesma ocasião em que enviar as notas fiscais dos honorários relacionados à prestação de serviços.

CLAUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

O valor dos serviços definidos na Cláusula Quarta do presente instrumento sofrerá reajuste anual, aplicando-se o índice apurado no período pelo IPCA do IBGE acumulado dos últimos 12 (doze) meses, ou por aquele que vier a substituí-lo.

CLAUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Qualquer alteração contratual dependerá de prévio consenso entre as partes e formalização por meio de Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES ANTICORRUPÇÃO

6.1. As PARTES se comprometem a pautar seus negócios em princípios como honestidade, integridade, legalidade e ética, garantindo a total transparência das operações e o respeito às pessoas, às organizações e ao meio ambiente, por exemplo.

6.2. As PARTES também se comprometem a observar todas as normas anticorrupção e antissuborno que estejam vigentes no território nacional e sejam aplicáveis ao objeto do contrato, notadamente a Lei nº 12.846/2013 e o Decreto Regulamentador nº 11.129/2022. Essas normas deverão ser observadas pelas PARTES, seus sócios, prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, sob pena de responsabilização e aplicação das penalidades cabíveis.

6.3. As PARTES declaram ciência e se comprometem a cumprir as normativas da outra PARTE relacionadas ao objeto deste instrumento, em especial aquelas atinentes ao seu Sistema de Integridade, como o Código de Conduta, Política de Relacionamento com Agentes Públicos, Política Anticorrupção e Antissuborno e Política de Relacionamentos com Parceiro de Negócios, dentre outras.

6.4. As PARTES declaram e garantem que seus diretores, membros, administradores, sócios, colaboradores, prepostos e demais terceiros relacionados ao contrato estão comprometidos a:

I - Não prometer, solicitar, aceitar ou oferecer, direta ou indiretamente, qualquer tipo de doação, patrocínio, compensação, benefícios financeiros ou não financeiros, ou quaisquer outras formas de vantagem indevida que possam configurar práticas de corrupção, suborno, lavagem de dinheiro, pagamento de facilitação ou conflito práticos interesses com a finalidade de exercer influência ou induzir outrem a exercer influência sobre ato ou decisão de agentes públicos, colaboradores das PARTES ou demais terceiros; e

II - Não realizar prática, lícita ou ilícita, com a finalidade de obter acesso às informações confidenciais ou privilegiadas das PARTES, de empresas concorrentes ou relacionadas ao objeto do presente contrato, sobretudo, no que se refere à atuação junto a órgãos públicos.

6.5. As PARTES se obrigam a denunciar ou relatar às autoridades competentes qualquer possível prática, direta ou indireta, de corrupção, fraude, suborno, lavagem de dinheiro, conflito de interesses envolvendo diretores, membros, administradores, sócios, colaboradores, prepostos e demais terceiros relacionados às PARTES.

6.6. As PARTES declaram, por si, seus diretores, membros, administradores, sócios, colaboradores, prepostos e demais terceiros relacionados ao contrato, que:

I – Não estão sendo investigadas, nem são parte em processo judicial e/ou administrativo pela prática de corrupção, suborno, fraude ou afins;

II – Não foram condenadas ou indiciadas em razão de acusação da prática de corrupção, suborno, fraude ou afins;

III – Não são suspeitas de práticas de terrorismo ou lavagem de dinheiro por entidade governamental ou judicial; e

IV – Não receberam sanções administrativas ou econômicas por entidade governamental ou judicial por atos de corrupção, suborno, fraude ou afins.

6.7. As PARTES também declaram, para todos os fins de direito, que não participará da execução do presente contrato qualquer tipo de “agente público”, aqui considerado como qualquer pessoa física que exerça cargo ou função pública, temporária ou permanentemente, com ou sem remuneração, em nome do Estado (Federal, Estadual, Municipal ou Distrital) ou da Administração Pública estrangeira.

6.8. As PARTES se comprometem a fornecer, sempre que solicitado e em prazo razoável, qualquer documentação relacionada à execução deste contrato que se fizer necessária à verificação do regular cumprimento das obrigações previstas nestas cláusulas.

6.9. O descumprimento das disposições presente nesta cláusula será motivo de rescisão contratual, mediante notificação, sem prejuízo de eventuais indenizações por perdas e danos causados à PARTE notificante ou a terceiros.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

As partes deverão cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais:

I – Para o fim exclusivo de executar o objeto do presente contrato, qualquer das partes (“parte receptora”) poderá realizar o tratamento de dados pessoais das pessoas naturais relacionadas a posteriormente, excluir eventual banco de dados do **CONTRATANTE**, que estejam em sua posse, com outra parte (“parte reveladora”); a devida comprovação da exclusão, salvo se houver dispositivo legal que determine o contrário.

II – Os dados pessoais acima citados incluem nome, endereços, contatos telefônicos, endereços eletrônicos, data de nascimento, gênero, filiação, estado civil, naturalidade, nacionalidade, identificação civil, identificação e enquadramento fiscal, passaporte, currículo profissional, profissão, formação profissional, entre outros dados informados de livre, consciente e manifesta vontade pela parte reveladora, que possam identificar direta ou indiretamente as pessoas relacionadas aos dados;

III – A parte receptora somente poderá compartilhar com terceiros os dados pessoais coletados quando estritamente necessário para a execução dos trabalhos e desde que previamente

aprovado pela parte reveladora. A autorização ora exigida não exime a parte receptora de arcar com os danos oriundos de qualquer utilização indevida dos dados pessoais pelo terceiro receptor.

IV – Os dados serão mantidos sob arquivo da parte receptora estritamente pelo tempo necessário para o cumprimento do objeto deste contrato. Após concluído o presente contrato, os dados pessoais acima citados serão destruídos, salvo aqueles que forem necessários para cumprimento de obrigação legal, na forma do Art.16, I da Lei 13.709/18.

§1º. Caso ocorra vazamento de dados ou tratamento distinto daquele definido no escopo contratual pelas **CONTRATADAS**, fica desde já prevista multa no valor de 5% (cinco por cento) do valor pago as **CONTRATADAS** no mês anterior ao vazamento.

§2º. A multa prevista no caput não exclui o direito de regresso no caso de aplicação de penalidade administrativa e/ou condenação judicial imposta ao **CONTRATANTE** em decorrência de culpa ou dolo das **CONTRATADAS** nos tratamentos de dados pessoais.

§3º. Quando extinto o presente instrumento contratual, as **CONTRATADAS** obrigam-se a devolver e, posteriormente, excluir eventual banco de dados do **CONTRATANTE**, que estejam em sua posse, com a devida comprovação da exclusão, salvo se houver dispositivo legal que determine o contrário.

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

As partes acordam as seguintes condições gerais:

I - Caso qualquer dos termos, cláusulas ou compromissos previstos neste contrato venham a se tornar ineficazes ou inexequíveis, tal fato não afetará a validade ou a exequibilidade das demais, que devem ser cumpridas fielmente pelas partes.

II - As partes não poderão ceder ou transferir total ou parcialmente este Contrato, ou ainda subcontratar, no todo ou em parte, o seu objeto, nem comprometer a título de garantia a terceiros, seus créditos ou obrigações.

III - Nenhuma das partes pode realizar declarações ou assumir compromissos em nome da outra parte, a menos que haja autorização expressa ou uma relação explícita com os serviços contratados. Além disso, o uso do nome, logotipo ou qualquer marca registrada da outra parte só é permitido mediante consentimento prévio por escrito do detentor dos direitos.

IV - O presente instrumento é título executivo extrajudicial, líquido certo e exigível, ensejando às partes, na hipótese de inadimplemento, a execução definitiva das obrigações nele constantes, independentemente de qualquer aviso ou interpelação.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Curitiba para dirimir toda e qualquer controvérsia decorrente da execução do presente contrato.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Curitiba, 1º de março de 2026.

ROSANGELA DE MELO
CAMPANHARO:847798
10949

Assinado de forma digital por
ROSANGELA DE MELO
CAMPANHARO:84779810949

ASSOCIAÇÃO DA IMACULADA VIRGEM MARIA

Ir. Rosangela de Melo Campanharo

NIWA E
ADVOGADOS
ASSOCIADOS:0547
4708000106

Assinado de forma digital
por NIWA E ADVOGADOS
ASSOCIADOS:05474708000
106
Dados: 2026.03.10 15:27:37
-03'00'

LAWRENCE NIWA
SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE
ADVOCACIA:61927569000
191

Assinado de forma digital por
LAWRENCE NIWA SOCIEDADE
INDIVIDUAL DE
ADVOCACIA:61927569000191
Dados: 2026.03.10 15:26:36
-03'00'

NIWA & ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S

Dr. Maçazumi Furtado Niwa

LAWRENCE NIWA SOCIEDADE**INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**

Dra. Lawrence Leandro Illipronte Niwa

Testemunhas:

Nome:

RG/CPF:

Nome:

RG/CPF: